Sobre o erro de pensar que as falsas liberdades da modernidade são um direito natural

Papa Pio VI 06/04/2026

Magistério Eclesiástico, Liberdade Religiosa, Condenação papal

"De resto, não deve espantar-se quem quer que note, pela própria Constituição da Assembleia, que essa não visa nem busca outra coisa senão a abolição da Religião Católica e da obediência devida aos Reis. **Com tal desígnio precisamente se estabelece como um princípio de direito natural que o homem vivendo em Sociedade deva ser plenamente livre; vale dizer, que em matéria de Religião ele não deva ser perturbado por ninguém e possa livremente pensar como lhe apraz, bem como escrever e também publicar por meio da imprensa qualquer coisa em matéria de Religião.** Que estas afirmações, certamente estranhas, descendam propriamente e derivem da igualdade dos homens entre si e **da liberdade natural**, declarou-o a mesma Assembleia. **Mas que maior estultícia se pode imaginar do que ter todos os homens por iguais e livres de tal modo que nada seja concedido à razão, da qual principalmente o homem foi dotado pela natureza e pela qual se distingue das bestas?** Quando Deus criou o primeiro homem e o colocou no Paraíso terrestre, não lhe intimou ao mesmo tempo a pena de morte se provasse dos frutos da árvore da ciência do bem e do mal? Com este primeiro preceito não pôs ele logo um freio à sua liberdade? [...] **Onde está, pois, essa liberdade de pensar e de operar, que os decretos da Assembleia atribuem ao homem vivendo em sociedade como um direito imutável da natureza?** [...] Ora, como ao homem pertence o uso da razão, de modo que ele não só reconheça o seu Supremo Criador, mas o respeite e o venere com admiração e reconheça que ele mesmo e todas as suas coisas derivam Dele, e é necessário que desde o princípio da sua vida ele esteja sujeito aos seus superiores, que o possam ordenar e instruir, para que lhe seja fácil conformar o teor da sua vida às luzes da razão, aos princípios da natureza e às máximas da Religião, deriva que o próprio nascer que faz cada homem no mundo prova com evidência ser vã e falsa essa tão alardeada igualdade de liberdade entre os homens. [...] **Mas para refutar uma tão absurda invenção de liberdade pode também ser suficiente dizer que este foi precisamente o pensamento estulto dos Valdenses e dos Beguardos, condenados por Clemente V com universal aprovação do Concílio Ecumênico de Vienna; erro que foi depois seguido pelos Wiclefitas e, ultimamente, por Lutero, ao qual pertencem as palavras 'Nós, em tudo e por tudo, somos livres'."** (Papa Pio VI, Encíclica *Quod aliquantum*, 1791)